UNIVERSIDADE TIRADENTES ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS AUDITORIA EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

ALISSON ANDRADE NUNES

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

Aracaju

FICHAMENTO Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

Referências:

- LGPD Brasil. "Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais Lei nº 13.709."
 Disponível em: LGPD Brasil.
- Serpro. "Tudo sobre a LGPD: princípios, direitos e sanções." Disponível em: Serpro.

Resumo:

A LGPD é a legislação brasileira que regula o tratamento de dados pessoais por empresas e organizações, visando proteger os direitos de privacidade e liberdade dos indivíduos. A lei estabelece bases legais para o tratamento de dados, direitos dos titulares, responsabilidades das empresas e sanções em caso de descumprimento.

Palavras-chave:

- Conformidade legal
- Sanções
- LGPD
- Proteção de dados
- Direitos dos titulares

Conteúdo:

Definições:

- **LGPD**: Lei nº 13.709 que regula o tratamento de dados pessoais no Brasil.
- Dados Pessoais: Informações relacionadas a uma pessoa natural identificada ou identificável.

Citações:

"A LGPD visa proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade, promovendo o uso seguro e responsável dos dados pessoais" (Serpro, 2024) (Infnet Blog).

"Prevê sanções para o descumprimento da lei, que podem variar de advertências a multas de até 2% do faturamento da empresa, limitadas a 50 milhões de reais por infração" (LGPD Brasil, 2024) (Infnet Blog).

Discussão:

- A LGPD introduz a necessidade de bases legais claras para o tratamento de dados, como o consentimento do titular e a execução de contratos.
- As empresas precisam garantir a transparência no tratamento de dados e oferecer mecanismos para que os titulares exerçam seus direitos.

Recomendações:

- Implementação de Processos de Conformidade: Estabelecer processos internos para garantir o cumprimento das obrigações legais da LGPD.
- Treinamento de Colaboradores: Conscientizar os funcionários sobre os princípios e exigências da LGPD.

Observações:

- A LGPD coloca o Brasil em alinhamento com outras legislações internacionais de proteção de dados, como o GDPR na União Europeia.
- A lei é uma resposta à crescente digitalização e à necessidade de proteger dados pessoais em um ambiente cada vez mais conectado.